



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



PROCESSO Nº 103/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 21/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS, CARNES E EMBUTIDOS) DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III).

ABERTURA DO PROCESSO: 30/04/2026

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REPARTIÇÃO INTERESSADA: SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 8h00MIN DO DIA 18/05/2026 até as 08h do dia 29/05/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 08H00MIN DO DIA 29/05/2026

INICIO DA DISPUTA: ÀS 8H30MIN DO DIA 29/05/2026

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A PARTIR DO DIA 18/05/2026

FUNDAMENTO LEGAL: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006, NO QUE COUBER, E DECRETO MUNICIPAL Nº 37/2023 de 29/08/2023.

LOCAL (Endereço Eletrônico): <https://www.bll.org.br>

PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS – SP, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29 de maio de 2026, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação – Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, licitação de interesse da Secretaria de Educação na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tipo **menor preço por item**, regido pela Lei Federal nº 14.133/21 bem como pelo decreto municipal nº 37/2023 de 29/08/2023, da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis à espécie e disposições deste edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor municipal de Santa Cruz das Palmeiras, designado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.

RETIRADA DO EDITAL:

O Edital e os anexos estão disponíveis na internet, no site www.bll.org.br e www.scpalmeiras.sp.gov.br onde poderá ser consultado e impresso, ou ainda, poderá ser retirado junto ao Departamento de Compras e licitações da municipalidade, das 7h00min às 15h30min,

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: de 18/05/2026. ao 29/05/2026



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



REGISTRO DE PREÇOS

Por se tratar de aquisição PARCELADA, será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL:

ANEXO I-Modelo de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

ANEXO II - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

ANEXO III - Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação

ANEXO IV - Termo de Referência

ANEXO V - Minuta da Ata

ANEXO VI - Cadastro Reserva

ANEXO VII - Modelo de Proposta de Preços

ANEXO VII - Modelo de proposta de preços

ANEXO VIII- Termo de Ciência e Notificação

ANEXO IX - Cadastro Reserva

ANEXO X - Declaração de Documento a disposição de TCE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte ficha orçamentária:

Para o ano de 2026:

ÓRGÃO: 02 PODER EXECUTIVO

U.E.: 02.11.03 SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

12.306.0005-2.020 FORNECIMENTO E QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAT. ECONOMICA 3.3.90.30 - 01 MATERIAL DE CONSUMO

FICHAS 179- ALICAÇÃO 200.0002- SALÁRIO EDUCAÇÃO e 220.0002 PNAE

Valor estimado do processo R\$ 3.398.978,40

REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente ao **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 - DO OBJETO:

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2 A publicação o extrato do Edital, se ocorrerem, no Jornal de Grande Circulação, na Imprensa Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e imprensa Oficial do estado.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



2- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes neste Edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Não poderão disputar esta licitação:

Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3 - DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

3.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsas de Licitações e Leilões, fone: (41) 3042-9909.

3.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões ou pela Prefeitura do Município de Santa Cruz das Palmeiras, devidamente justificada.

3.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



3.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

3.5.1 Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil

3.5.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil

3.5.3 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil,

3.5.4 A inserção de cadastro perante o sistema BLL pode demandar 24h para liberação.

4-DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: deverão ser dirigidas o pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 07h00 às 15h00, na Praça Condessa Monteiro de Barros 507, centro, Santa Cruz das Palmeiras SP, no Departamento de Compras e de Licitações, ou encaminhadas através ATRAVES DA PLATAFORMA DA BLL, www.bll.org.br

4.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



certame.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 A Licitante deverá CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA BLL, sua proposta devidamente preenchida, contendo a marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão, sob pena de desclassificação.

5.4 Os valores registrados na plataforma da BLL deverão considerar o valor para **O LOTE (item)**, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

5.5 A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.

5.6 Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BLL a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.

5.7 Os itens que forem da marca do licitante deverá preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação conforme informado no item 5.3 deste edital.

5.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 6 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



5.12 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.13 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

5.15 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

5.16 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município Santa Cruz das Palmeiras.

5.17 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.18 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

5.19 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.20 O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.21 Na PROPOSTA AJUSTADA escrita, deverá conter:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



5.21.1 Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no ANEXO IV deste Edital;

5.21.2 O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

5.21.3 Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

5.21.4 Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

5.22 O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 02 horas é obrigatório, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.**, neste prazo a empresa vencedora também poderá inserir toda documentação ou acrescentar algum tipo de documento faltante. Após encerramento do prazo não poderá inserir nenhum tipo de documentação, a não ser através de diligências solicitadas pelo pregoeiro.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico - financeira, serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

6.2.1. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, CONSISTIRÁ EM:

6.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

6.2.1.3. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a licitante deverá apresentar além do Item 6.2.1.2. - **Certidão expedida pela Junta Comercial, comprovando a situação de ME ou de EPP.**

6.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

6.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1.6. Certificado do MEI, no caso de Microempreendedor Individual.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



6.2.1.7. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

6.2.1.8 Certidão negativa de sanções para participação no certame, obtida via Consulta Consolidada do TCU e do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CNEP).

6.3. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL CONSISTE EM:

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

6.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

6.3.5. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

6.3.5.1. A Certidão referente ao subitem 6.3.5 trata-se dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

6.3.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

6.3.7 . A regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser comprovada por Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais relativa a tributos de competência do Município sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade.

6.3.8. Declaração assinada pelo responsável da licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre à menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo I, em cumprimento do disposto no artigo 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3.9. Referente às certidões constantes no item 6.3.5, 6.3.6 e 6.3.7 serão aceitas Certidões POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA.

6.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, sendo a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado **o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do encerramento da sessão que a declarou vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



6.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 6.3.10, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 155, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA é a seguinte:

6.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

6.4.1.1. Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados contendo a assinatura do representante legal da Empresa Licitante.

6.4.1.2. Para empresas constituídas no próprio exercício, deverá ser apresentado o “Balanço de Abertura”.

6.4.2. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

6.4.2.1. Nos casos de Recuperação Judicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

6.5. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consiste em:

6.5.1. Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove (em) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devendo ser apresentado no mínimo 1 (um) atestado.

6.5.1.1. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação ANEXO III, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



6.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

6.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7 . DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 No dia 29 de maio de 2026 as 08:00hrs, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

7.2 Será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

7.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



7.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO.

8.1 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.5 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.7 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.8 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada

8.23 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto

8.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



8.26 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.27.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.27.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.27.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.27.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.28 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.28.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.28.2 empresas brasileiras

8.28.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.30 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.31 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



8.33 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33.1 Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá o pregoeiro, efetuar a DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA pelo não envio da documentação solicitada.

8.34 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.35 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

09- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1. Contiver vícios insanáveis;

9.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



9.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.5. No caso de bens em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.5.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.5.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.5.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.6. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

9.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



9.13. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

10-DOS RECURSOS

10.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10.1.1 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

10.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

10.2.1 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.scpalmeiras.sp.gov.br>.

10.2.2 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

10.3 O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade **superior, a qual deverá** proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.3.1 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

10.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto da licitação pela própria AUTORIDADE COMPETENTE.

12.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado

vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2 A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.

12.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

12.3 O resultado desta licitação será publicado no site da BLL.

12.4 A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



13.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.2 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2.1 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.2.2 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.2.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.3 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.1.4 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.1.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



14.1.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.1.7 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.1.8 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.1.9 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.1.10 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.1.11 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

15.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

15.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

15.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

15.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

15.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

15.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



15.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Santa Cruz das Palmeiras.

16 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/o pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

ou

16.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

16.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

16.1.5 fraudar a licitação

16.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1 advertência;

16.2.2 multa;

16.2.3 impedimento de licitar e contratar e

16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (SETE) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6.3 e 16.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6.3 e 16.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



16.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

17 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1 - O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.

17.2 Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.4 O Município de Santa Cruz das Palmeiras, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.

17.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária

17.6 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18 DO REAJUSTE DE PREÇOS

18.1.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

18.1.1.1 Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

18.1.1.2 Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

18.1.2 Para solicitar o reequilíbrio não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.

18.1.3 Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente

18.1.4 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, de preferência via e-mail: licitacoes@scpalmeiras.sp.gov.br toda documentação abaixo:

18.1.4.1 Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
Fórmula = a - (b + c + d)			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
Custo total = a – e		R\$ 0,00	
PREÇO ATUALIZADO			

Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
Fórmula = a - (b + c + d)			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
Custo total = a – e		R\$ 0,00	



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



18.1.4.2 Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido

18.1.4.3 O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro

18.1.4.4 Cópias das certidões vigentes: i) Certificado de regularidade do FGTS; ii) Certidão de débitos Trabalhista; iii) Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; iv) Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; v) Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal;

18.1.5 Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

18.1.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.

18.1.7 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

18.1.8 Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela PREFEITURA e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

18.1.9 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

18.1.10 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

18.1.11 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

18.1.12 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



18.1.13 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

18.1.14 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do Contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

18.1.15 O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção

19 – DAS ALTERAÇÕES:

19.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos pela Lei Federal de Licitações Nº 14.133/2021 e demais alterações posteriores, em seus Artigos 124e 125 e demais parágrafos:

a) unilateralmente pela Administração:

I) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.

b) por acordo entre as partes:

I) quando necessária a modificação do regime do modo de fornecimento, em face a verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

II) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens.

III) para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual.

Parágrafo Único – Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 9.3 do presente edital.

20– DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 – Até o dia 26/05/2026, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão pelo Protocolo Geral.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



20.1.1 – A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de um dia útil sobre a matéria.

20.1.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

20.1.3 – As respostas aos esclarecimentos ou impugnações serão veiculadas no Diário Oficial do Estado.

20.1.4 - Esclarecimentos de ordem técnica poderão ser obtidos junto à Seção de Materiais e Patrimônio, através do telefone (0xx19) 3672 9292.

20.2 – A apresentação dos Envelopes implica aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

20.3 - É facultada o pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.4 - Fica assegurado ao Município de Santa Cruz das Palmeiras o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente pregão, ou anulá-la por ilegalidade, após o devido contraditório dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

20.5 – As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por estes custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

20.6 – As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.7 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

20.8 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o pregoeiro comunicará através do sistema do Banco de Licitações e Leilões-BLL, no campo “**mensagens**” correspondente ao presente certame, a nova data da sessão de disputa.

20.9 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Santa Cruz das Palmeiras.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



20.10 - Fica designado o foro da Comarca de Santa Cruz das Palmeiras para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Santa Cruz das Palmeiras, 12 de maio de 2026.

LUIZ FERNANDO STOCCO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prezados Senhores,

Pelo presente, [nome da empresa], [QUALIFICAÇÃO], por meio de seu(s) REPRESENTANTE(S)(S), declara, para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

[LOCAL], [DATA]

REPRESENTANTE

RG nº CPF/ME sob o nº
(representante legal da empresa)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Anexo II

Modelo de Declaração Capacidade Financeira

(Papel timbrado da empresa)

Pregão Eletrônico
Processo Administrativo/2026

Declaro para os devidos fins, que nesta data, a empresa (preencher a razão social), inscrita no CNPJ (preencher com o número do CNPJ), apresenta capacidade financeira suficiente para o cumprimento da futura Ata de Registro de Preços e/ou do futuro Termo de Contrato, conforme previsto no Art. 69, §1º da Lei 14.133/2021.

Data, local.

Nome do contador responsável: _____

Assinatura do contador responsável: _____

CRC número: _____



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, bem como, atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica para os fins previstos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº**

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

O presente Pregão destina-se à **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS, CARNES E EMBUTIDOS) DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO COM VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES**, conforme detalhamento mínimo a seguir:

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP DO ITEM Nº 01 AO ITEM Nº 20

A definição dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte observou o valor estimado individual de cada item, em conformidade com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como a natureza dos produtos, priorizando aqueles de menor valor e maior competitividade no mercado, de modo a ampliar a participação de empresas de pequeno porte sem comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

Itens/Quantidade/ Descrição

1. **ATÉ 13.000 (TREZE MIL) KG DE ARROZ PARBORIZADO, LONGO FINO, TIPO 1**, embalagem primária em saco de polietileno transparente, com peso de 5 Kg, constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, validade de 12 meses a partir da data de fabricação – sendo obrigatória a apresentação na embalagem do selo da Abiap - Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parborizado sob verificação na entrega do produto. Apresentação de uma **AMOSTRA** na menor embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,05

2. **ATÉ 2700 (DOIS MIL E SETECENTOS) KG DE AÇÚCAR TIPO CRISTAL**, embalado em pacotes com 5 Kg, isento de parasitas e detritos animais. Prazo mínimo de validade de 06 meses. A embalagem deve ser fardo termossoldado, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, com capacidade para 06 embalagens primárias, totalizando peso líquido de 30 Kg.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 4,36

3. **ATÉ 3000 (TRÊS MIL) KGS DE FEIJÃO TIPO 1, NOVO, PACOTE DE 1 ou 2 KG, CARIOQUINHA**, constando o maior número de grãos na cor característica, limpos e secos. O fardo será com 30 Kg, constituído de grãos inteiros e sãos, isento de material



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Prazo mínima de validade de 4 meses a partir da entrega do produto. Apresentação de uma **AMOSTRA** na menor embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 10,62

4. ATÉ 700 (SETECENTOS) KGS FEIJÃO PRETO TIPO1 constando o maior número de grãos na cor característica, limpos e secos. PACOTE DE 1 ou 2 KG. Prazo mínima de validade de 4 meses a partir da entrega do produto.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 8,23

5. ATÉ 700 (SETECENTOS) KGS DE SAL REFINADO extra iodado de primeira qualidade, embalado em pacote com 1 kg. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 2,95

6. ATÉ 2500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) FRASCOS DE 900ML DE ÓLEO COMESTÍVEL DE SOJA refinado, acondicionado em embalagem de 900 ml. Prazo mínimo de validade 06 meses. O produto deve estar acondicionado em caixas de papelão lacradas com fita adesiva e modo a garantir transporte e armazenamento.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 8,89

7. ATÉ 500 (QUINHENTOS) PACOTES DE 1 KG DE FARINHA DE MANDIOCA FLOCADA

TIPO 1, produto obtido a partir de raízes de mandioca, moídas, trituradas, prensada e esfarelada, passada por peneira, formando flocos, produto submetido a processos tecnológicos adequados, com cheiro característico, com aspectos característico e com boa apresentação. A embalagem deve ser em plástico atóxico com todas as informações e descrição do alimento impresso na embalagem. No rótulo da embalagem primária, deverão constar as condições de armazenamento ou conservação do produto antes e após a abertura da embalagem, assim como o prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária. Na embalagem secundária deverão estar impressas as informações sobre condições de armazenamento e empilhamento máximo. Bem como as informações nutricionais, e registro no órgão competente. Apresentar Alvará Sanitário com data não superior a 365 dias. A data de vencimento deve ser de mínimo 6 meses e a de fabricação de até 30 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 10,93

8. ATÉ 500 (QUINHENTOS) KG DE FARINHA DE MILHO EM FLOCOS, É o produto obtido pela moagem da parte comestível de vegetais no caso o milho, podendo sofrer previamente processos tecnológicos adequados. Formando bijus uniformes e graúdos, de coloração amarela, com cheiro característico, com aspectos característicos e com boa apresentação. A embalagem deve ser em plástico atóxico com todas as informações e descrição do



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



alimento impresso na embalagem. No rótulo da embalagem primária, deverão constar as condições de armazenamento ou conservação do produto antes e após a abertura da embalagem, assim como o prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária. Na embalagem secundária deverão estar impressas as informações sobre condições de armazenamento e empilhamento máximo. Bem como as informações nutricionais, e registro no órgão competente. Apresentar Alvará Sanitário com data não superior a 365 dias. A data de vencimento deve ser de mínimo 6 meses e a de fabricação de até 30 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,19

9. ATÉ 200 (DUZENTOS) KG DE AMIDO DE MILHO produto amiláceo, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa e parasitos. Não podendo estar úmido, fermentados ou rançosos. O prazo de validade deverá ser de 12 meses. Declarar marca. Embalagem deverá ser em sacos plásticos ou de papel impermeável fechado, rotulagem, deve estar em pacote de 500 g, acondicionado em caixas de papelão preconizada pela legislação vigente apresentar data de fabricação e validade. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses. Na entrega do produto, deverá ter data de fabricação mínima de 45 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 8,53

10. ATÉ 2000 (DOIS MIL) KGS DE FUBÁ milho amarelo enriquecido com ácido fólico e ferro, com ausência de trigo, centeio, cevada, aveia, ovos, amendoim, soja e leite, sem umidade, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, em embalagens de 1 kg, com prazo de validade no mínimo 6 meses.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,26

11. 800 (OITOCENTOS) PCTS DE MACARRÃO TIPO ANEL MÉDIO OU AVE

MARIA SEM OVOS devidamente embalados em pacotes de 500 gramas. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais urucum e cúrcuma. Contém glúten. Apresentação de uma **AMOSTRA** em embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 3,83

12. ATÉ 9000 (NOVE MIL) PCTS DE MACARRÃO TIPO PARAFUSO SEM OVOS, tempo de cozimento aproximado de 13 minutos, com sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, em embalagens de 500 gramas. Apresentação de uma **AMOSTRA** em embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 4,75



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



13. **ATÉ 50 (CINQUENTA) KGS DE CALDO DE GALINHA/ LEGUMES/CARNES**, em pó, sem adição de pimenta, em embalagem plástica de 1 Kg. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 06 meses.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 17,49

14. **ATÉ 100 (CEM) KG DE CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO**, torrado e moído, almofada. Composição: VARIEDADE ARÁBICA, com Selo ABIC e Programa de Qualidade do Café (PQC) - categoria tradicional com peso líquido de 500g. Prazo mínimo de validade de 4 meses. E data de fabricação de até 30 dias.

Declarar marca.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 67,19

15. **ATÉ 1300 (MIL E TREZENTOS E CINQUENTA) kg MISTURA PARA O PREPARO DE CHOCOLATE EM PÓ enriquecido com vitaminas e minerais – no mínimo 43% cacau, máximo 50 % cacau.** Ingredientes: Açúcar orgânico, cacau em pó, minerais (Cálcio, Ferro e Zinco), vitaminas (C, B3, B2, B6, B1 e A). Rendimento: um quilo do produto deverá render aproximadamente 50 porções de 200ml (per capita: 20g). Embalagem primária: sacos de poliéster metalizado, atóxico, hermeticamente selados, com peso líquido de 1kg cada. O material da embalagem deverá possuir relatório de ensaio oficial de TPVA (taxa de permeabilidade ao vapor de água e TPO2 (taxa de permeabilidade ao oxigênio). Embalagem secundária: caixas de papelão reforçadas com abas superiores e inferiores lacradas respectivamente com fita adesiva, contendo 12 unidades, totalizando um peso líquido de 12kg. Rotulagem: os produtos são identificados por dizeres impressos de forma clara e indelével com todas as informações exigidas pelas legislações vigentes. Validade: doze meses a partir da data de fabricação. Pedido de amostra. A amostra poderá ser na menor embalagem original, sendo a entregacorrespondente à marca da amostra

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 38,92

16. **ATÉ 350 (TREZENTOS E CINQUENTA) KGS MILHO PARA PIPOCA.** Classe 1, tipo amarelo, não contendo impurezas ou carunchos, acondicionado em sacos plásticos transparentes com peso líquido de 500 gramas, identificado o número de registro no órgão competente; com prazo de validade no mínimo de 180 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 9,02

17. **ATÉ 10 (DEZ) KG DE ORÉGANO**, seco, limpo, com cheiro e sabor próprio. Embalado em sacos plásticos transparentes de 1 a 2 kg.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 75,56



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



18. **ATÉ 2100 (DOIS MIL) KGS DE ARROZ AGULINHA, LONGO FINO, TIPO 1**, beneficiado, de procedência nacional. Embalado em pacotes com 5 Kg, constituído de grãos inteiros, isento de mofo, parasitas, de odores estranhos. Data de validade de 12 meses. Apresentação de uma amostra na menor embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 4,39

19. **ATÉ 200 (DUZENTOS)KGS DE TRIGO PARA QUIBE** trigo constituído de grãos inteiros, isento de mofo, parasitas, de odores estranhos. Data de validade de 6 meses.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 12,66

20. **ATÉ 300 (TREZENTOS) KGS DE MILHO PARA CANJICA (CANJQUINHA)** canjiquinha de milho tamanho médio embalada em sacos plásticos, contendo 500 g cada embalagem transparente. Validade mínima de 3 meses a partir da data da entrega.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 11,40

PARTICIPAÇÃO AMPLA (DEMAIS EMPRESAS) DO ITEM Nº 21 AO ITEM Nº 70

21. **ATÉ 1000 (MIL) SACOS DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL**, Produzida com alta tecnologia, obedecendo aos critérios de BPF - Boas Práticas de Fabricação e APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle. É originada de grãos selecionados, moídos e adequados para cada finalidade de aplicação. É enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9). Está disponível em diversas especificações técnicas, nutricionais e de embalagens. Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Cor: branca, sabor e odor próprio. **Embalagem de 25 Kg**, sendo resistente e permitindo proteção a qualidade do produto. A farinha de trigo deve ser livre de insetos, parasitas e outros que contaminam o produto. Registro no órgão competente. A embalagem deve conter informações nutricionais. A data de fabricação de até 30 dias e a de vencimento com prazo de no mínimo 6 meses. Apresentar Alvará Sanitário com data não superior a 365 dias. Apresentação de uma **AMOSTRA** na menor embalagem original. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 91,63

22. **ATÉ 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) LATAS DE SELETA DE LEGUMES** preparado com vegetais selecionados, embalado em latas sem sinais de estufamento, vazamentos, corrosões internas, com peso líquido drenado de aproximadamente 2 Kg, contendo 3 TIPOS DE LEGUMES. Prazo mínimo de validade de 12 meses. O produto deve estar



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



acondicionado em caixa de papelão lacrada com fita adesiva de modo a garantir o transporte e armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 23,63

23. ATÉ 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) LATAS de ERVILHA EM CONSERVA preparado com vegetais selecionados, embalado em latas sem sinais de estufamento, vazamentos, corrosões internas, com peso líquido drenado de aproximadamente 2 Kg. Prazo mínimo de validade de 12 meses. O produto deve estar acondicionado em caixa de papelão lacrada com fita adesiva de modo a garantir o transporte e armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 24,65

24. ATÉ 2500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) KG EXTRATO DE TOMATE com peso aproximado de 4.1 kg. MARCA QUERO OU SIMILAR. Elaborado a base de polpa de tomate, açúcar e sal. Prazo de validade de 12 meses. O produto deve estar acondicionado em caixas de papelão lacradas com fita adesiva de modo a garantir o transporte e armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 17,14

25. ATÉ 5000 (CINCO MIL) KG DE MOLHO REFOGADO DE TOMATE 3 Kg aproximadamente - Ingredientes: tomate, cebola, sal, amido modificado, salsa e alho. Não contém glúten. Prazo de validade de 12 meses. O produto deve estar acondicionado em caixas de papelão lacradas com fita adesiva de modo a garantir o transporte e armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 14,72

26. ATÉ 500 (QUINHENTOS) LATAS DE MILHO VERDE EM CONSERVA embalado em latas sem sinais de estufamento, vazamentos, corrosões internas, com peso líquido drenado de aproximadamente 2 Kg. Prazo mínimo de validade de 12 meses. O produto deve estar acondicionado em caixas de papelão lacradas com fita adesiva de modo a garantir o transporte e armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 20,83

27. ATÉ 360 (TREZENTAS E SESENTA) UNIDADES DE VINAGRE OU ÁCIDO ACÉTICO TINTO COM 750 ML CADA. Produto resultante da fermentação acética do vinho branco ou de vinho tinto. O vinagre de vinho branco ou tinto é o produto obtido da fermentação acética do vinho, sendo que a classificação em branco ou tinto será de acordo com a matéria prima que lhe deu origem. Será tolerada a adição de sais nutritivos e açúcares para nutrição dos microorganismos acidificantes. Não será permitida a adição de ácidos orgânicos estranhos e ácido-minerais livres.

Aspecto: líquido, límpido e sem depósito



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Cor: de acordo com a matéria prima que lhe deu origem Odor: característico

FÍSICO-QUÍMICAS:

- Acidez volátil, em ácido acético, em g/100ml: mínimo 4,0
- Álcool etílico em graus G.L., a 20°C, máximo 1,0
- Cinzas em g/l: mínimo 1,0
- Extrato seco reduzido em g/l:
tintos: mínimo 7,0
brancos: mínimo 6,0
- Sulfatos de potássio em g/l: máximo 1,0
- VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 8,33

28. **Até 2000 (DOIS MIL) LITROS DE SUCO CONCENTRADO** de sabores variados (laranja, abacaxi, acerola, goiaba, uva, limão, maracujá, morango, pêssego); produto obtido pela dissolução em água potável de polpa pastosa de frutas. Ingredientes: suco concentrado, água, açúcar, acidulante, ácido cítrico. Rendimento: uma parte de suco para 6 de água. O recipiente deverá ser de plástico atóxico. Embalagem de galão 5 litros.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 12,70

29. **ATÉ 200 (DUZENTOS) KG DE GOIABADA:** polpa de goiaba, açúcar e acidulante ácido cítrico, embalagens de 500g ou 1 kg.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 14,30

30. **ATÉ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL) litros de LEITE PASTEURIZADO TIPO "B"**, embalados em sacos plásticos de 1 (um) litro cada. A entrega deverá ser diariamente.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,96

31. **ATÉ 1000 (UM MIL) KGS MANTEIGA:** Creme pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. É o produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 54,44

32. **ATÉ 200 (DUZENTOS) POTES DE APROXIMADAMENTE 3 KGS DE MAIONESE.**

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 36,20

33. **ATÉ 6000 (SEIS MIL) unidades IOGURTE** (sabor Morango) embalado em sacos ou garrafas apropriados contendo 900ml, destinados a este fim. No produto deve-se constar o carimbo do SIF. O produto deverá ser entregue resfriado. O produto deverá ser rotulado de acordo com a Legislação vigente.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 7,69



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



34. ATÉ 1000 (MIL) KGS REQUEIJÃO CREMOSO = Não culinário e sem amido. VALIDADE:mínima de 2 (dois) meses da data de fabricação. Embalagem de 1 kg.DATA DE FABRICAÇÃO: até 30 (trinta) dias da data da entrega.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 40,00

35.ATÉ 1000 (MIL) UNDS IOGURTE ZERO LACTOSE=iogurte integral com IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE FRUTA INTEGRAL SABOR MORANGO PARA DIETAS DE RESTRIÇÃO DE LACTOSE.UNIDADES DE 170 ML.VALIDADE DE 30 DIAS APÓS A DATA DA ENTREGA..
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 5,62

36. ATÉ 2500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) KGS DE CEREAL DE MILHO em flocos açucarado **sabor leite condensado**, com per capita de 30 gr, o produto deverá apresentar crocância característica do produto. **Ingredientes básicos:** Farinha de milho enriquecida com ácido fólico, açúcar. Contém glúten. A embalagem deve ser de 2 kg em saco de polietileno, reembalados em caixas de papelão devidamente vedados. Prazo de validade mínimo de 6 meses.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 28,10

37. ATÉ 2000 (DOIS MIL) PACOTES DE BISCOITO DE MAISENA, Obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com farinha de trigo, amido de milho, gordura ou óleo vegetal, leite (ou soro), açúcar, sal e outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que declarados. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente, especialmente a Resolução RDC 175/2003 da ANVISA/MS, Resolução 12/78 do CNNPA/MS, Resolução RDC 12/01 da ANVISA/MS, Decreto 12.486/78 da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, Portaria 540/97 da SVS/MS e Portaria 74/94 do DINAL/MS. O biscoito doce tipo maisena deverá ser fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa ou parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os biscoitos mal cozidos, queimados, de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com farinha de trigo, amido de milho, gordura ou óleo vegetal, leite (ou soro), açúcar, sal e outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que declarados. A farinha de trigo a ser utilizada como matéria prima na fabricação do biscoito deverá atender ao estabelecido na legislação Resolução RDC 344/02. Os biscoitos deverão apresentar volume e tamanho uniforme, devendo cada unidade pesar, aproximadamente, 5g (cinco gramas). O produto não deverá conter soja (exceto lecitina de soja e/ou óleo de soja) nem quaisquer substâncias corantes artificiais. O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico sobre as Condições



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos

A data de validade é no mínimo de 8 meses a partir da data de fabricação. E a de fabricação é de até 30 dias. A embalagem primária ser de tipo que permita que os biscoitos sejam agrupados firmemente, através de uma termossoldagem longitudinal e duas transversais. As termossoldagens transversais devem ser do tipo sobre o produto (embalagem “portifólio”) ou entre os materiais internos. Os fechamentos transversal e longitudinal deverão ser uniformes e ter boas características de vedação, apresentando um fitilho na transversal para facilitar a abertura da embalagem. O material da embalagem deve ser composto de BOPP (polipropileno biorientado) transparente termosselável / BOPP metalizado termosselável e deverá possuir TPVA (taxa de permeabilidade ao vapor de água) máximo individual de 1,2g água/m²/dia 38°C/90% UR, em ensaio de caracterização com, no mínimo, quatro corpos-de-prova do material da embalagem. Cada embalagem deverá apresentar peso líquido máximo de 400g (quatrocentos gramas).

A embalagem secundária do produto deverá ser caixa de papelão reforçada, adequada ao empilhamento recomendado, com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, resistente a danos durante o transporte ou armazenamento, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade e contendo, no máximo, 5,0 kg (cinco quilogramas) de peso líquido. A embalagem deverá ser dimensionada de forma a não permitir a existência de espaços vazios entre as embalagens primárias e os limites da embalagem secundária.

A embalagem deve apresentar informações nutricionais.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,53

38. ATÉ 1500 (MIL E QUINHETOS) PACOTES DE BISCOITO ÁGUA E SAL: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa da farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não, e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 6%. Deve conter, no mínimo, os seguintes ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, fibra de trigo ou farinha de trigo, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal e fermento químico. Não deve conter gorduras trans. Embalagem primária: Embalagem com, no mínimo, dupla proteção, em polipropileno atóxico, termossoldada, rotulada de acordo com a legislação vigente. Pacotes pesando 400g. A data de validade é no mínimo de 8 meses a partir da data de fabricação. E a de fabricação é de até 30 dias. A embalagem primária ser de tipo que permita que os biscoitos sejam agrupados firmemente, através de uma termossoldagem longitudinal e duas transversais. As termossoldagens transversais devem ser do tipo sobre o produto (embalagem “portifólio”) ou entre os materiais internos. Os fechamentos transversal e longitudinal deverão ser uniformes e ter boas características de vedação, apresentando um fitilho na transversal para facilitar a abertura da embalagem. O material da embalagem deve ser composto de BOPP (polipropileno biorientado) transparente termosselável / BOPP metalizado termosselável e deverá possuir TPVA (taxa de permeabilidade ao vapor de água) máximo individual de 1,2g água/m²/dia 38°C/90% UR, em ensaio de caracterização com, no mínimo, quatro corpos-de-



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



prova do material da embalagem. Cada embalagem deverá apresentar peso líquido máximo de 250g (duzentos e cinquenta gramas).

A embalagem secundária do produto deverá ser caixa de papelão reforçada, adequada ao empilhamento recomendado, com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, resistente a danos durante o transporte ou armazenamento, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade e contendo, no máximo, 5,0 kg (cinco quilogramas) de peso líquido. A embalagem deverá ser dimensionada de forma a não permitir a existência de espaços vazios entre as embalagens primárias e os limites da embalagem secundária.

A embalagem deve apresentar informações nutricionais

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 5,11

39. Até 600 (SEISCENTOS) KGS BISCOITO DE POLVILHO Ingredientes: obtido pela mistura de farinha, amido ou fécula com outros ingredientes, submetidos a processo de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem apresentar quebradiço. Farinha de trigo, sal refinado, gordura vegetal (preferencialmente livre de gordura trans), amido de milho e açúcar, isento de leite. - dupla embalagem primária de polietileno de 200gr.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 58,77

40. Até 1100 (UM MIL E CEM) KGS BISCOITO DOCE – TIPO ROSQUINHA DE CHOCOLATE Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, cacau em pó, licor de cacau, sal refinado, corante caramelo, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, emulsificante lecitina de soja, acidulante ácido cítrico e aromatizantes. Contém glúten. Embalagem: pacote com 500 gramas. Peso médio aproximado unitário: 5 gramas. Valor calórico aproximado por porção de 30 gramas: 130 calorias. Validade: 12 meses a partir da data de fabricação.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 9,90

41. ATÉ 2500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) KG DE SALSICHA Carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio (INS 325) estabilizantes: Tripolifosfato de sódio (INS 451i), polifosfato de sódio (INS 452i) e pirofosfato ácido de sódio (INS 450i) Aromas de fumaça natural de fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idêntico ao natural de pimenta da Jamaica e preta realçador de sabor glutamato monossódico (INS 621), antioxidante eritorbato de sódio (INS 316), conservador nitrito de sódio (INS 250) e corante urucum (160b). Não contém glúten.

Peso unitário: 50g

Composição centesimal real do produto, expressa em:



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Carboidratos: 1%

Sódio: 18%

Proteínas: 9%

Lipídeos: 17%

Prazo de validade mínimo de: 180 dias EMBALAGEM:

Primária: Saco de polietileno, a vácuo, atóxico, flexível, resistente, transparente, com solda lateral com bainha, fundo reto, resistente ao transporte e armazenamento. Esta embalagem primária apresenta o produto de forma ordenada e paralela. Peso líquido: 3 kg

Secundária: Caixa de papelão ondulado, reforçado, constituída por tampa e fundo, envolto em filme de PVC termoencolhível, adequada ao empilhamento recomendado, resistente ao impacto durante o transporte e armazenamento. Peso líquido: 12 kg.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 12,17

42. ATÉ 2000 (DOIS MIL) KGS DE PRESUNTO DE 1ª QUALIDADE, sem capa de gordura, peça inteira; peças com aproximadamente 4 Kg e quando necessário, apresentando data de fabricação e data de validade de 3 meses. O produto deverá estar acondicionado a vácuo em embalagem plástica, atóxica. O produto deverá ser rotulado de acordo com a Legislação vigente..

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 27,09

43. ATÉ 600 (SEISCENTOS) KGS BACON Defumado de primeira qualidade. Em mantas, limpo, pouca quantidade de gordura, pesando em média 4,5kg cada peça, resfriadas, isentas de aditivos e substâncias estranhas ao produto. INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 34,14

44. ATÉ 2000 (DOIS MIL) KGS DE MUSSARELA DE 1ª QUALIDADE, em peças com aproximadamente 4 Kg e quando necessário, apresentando data de fabricação e data de validade mínima de 2 meses. O produto deverá estar acondicionado a vácuo em embalagem plástica, atóxica. O produto deverá ser rotulado de acordo com a Legislação vigente.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 53,85

45. ATÉ 3500 (TRÊS MIL E QUINHENTOS) KGS PÃO TIPO HAMBÚRGUER Sem gordura trans. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, açúcar, devendo ser a farinha para o preparo enriquecida com ferro e ácido fólico conforme RDC no. 344 de 13/12/2002, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Os pães deverão ser preparados a partir de matérias-primas sãs, de primeiras qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza na sua confecção. Resolução RDC no. 263 de 22/09/2005. Peso unitário – os pães deverão



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



pesar em torno de 50 gr, apresentar tamanhos e formatos uniformes. Embalagem primária – deverá ser saco de polietileno ou polipropileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado. Para o peso líquido do produto, serão observados os critérios de tolerância constantes na portaria do INMETRO no. 248 de 17/07/2008. Embalagem secundária – deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manutenção, transporte e armazenamento, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas com fita adesiva plastificada, identificada como nome da empresa. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que resista à manipulação, transporte e armazenamento, sem perder sua integridade. Rotulagem- o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Observação – a impressão da data de vencimento e número de lote poderá ser em “ink Jet” ou carimbo sendo este último, de forma clara e indelével e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem. Validade mínima de 10 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 24,20

46. ATÉ 5000 (CINCO MIL) KGS PÃO TIPO CACHORRO QUENTE Sem gordura trans. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, açúcar, devendo ser a farinha para o preparo enriquecida com ferro e ácido fólico conforme RDC no. 344 de 13/12/2002, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Os pães deverão ser preparados a partir de matérias-primas sãs, de primeiras qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza na sua confecção. Resolução RDC no. 263 de 22/09/2005. Peso unitário – os pães deverão pesar em torno de 50 gr, apresentar tamanhos e formatos uniformes. Embalagem primária – deverá ser saco de polietileno ou polipropileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado. Para o peso líquido do produto, serão observados os critérios de tolerância constantes na portaria do INMETRO no. 248 de 17/07/2008. Embalagem secundária – deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manutenção, transporte e armazenamento, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome da empresa. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que resista à manipulação, transporte e armazenamento, sem perder sua integridade. Rotulagem- o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Observação – a impressão da data de vencimento e número de lote poderá ser em “ink Jet” ou carimbo sendo este último, de forma clara e indelével e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem. Validade mínima de 10 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 29,71

47. ATÉ 5000 (CINCO MIL) KGS PÃO TIPO BISNAGUINHA. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, açúcar, devendo ser a farinha para o preparo enriquecida com ferro e



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ácido fólico conforme RDC no. 344 de 13/12/2002, isento de gordura trans, **sem leite e ovos**, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Os pães tipo bisnaguinha deverão ser preparados a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza na sua confecção. Resolução RDC no. 263 de 22/09/2005. Peso unitário – os pães deverão pesar aproximadamente 25g (vinte e cinco gramas) e apresentar tamanhos e formatos uniformes. Embalagem primária – deverá ser saco de polietileno ou polipropileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado, com capacidade aproximado de 300g (trezentos gramas). Para o peso líquido do produto, serão observados os critérios de tolerância constantes na portaria do INMETRO no. 248 de 17/07/2008. Embalagem secundária – deverá ser caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manutenção, transporte e armazenamento, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome da empresa. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que resista à manipulação, transporte e armazenamento, sem perder sua integridade. Rotulagem - o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Observação – a impressão da data de vencimento e número de lote poderá ser em “ink Jet” ou carimbo sendo este último, de forma clara e indelével e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem. Validade mínima de 10 dias. Com apresentação de amostra que poderá ser na menor embalagem original.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 37,46

48. Até 800 (OITOCENTOS) KGS PÃO DE QUEIJO-APERITIVO 20g Ingredientes: Fécula de mandioca, polvilho azedo, polvilho doce, amido de mandioca modificado, ovos, água, leite integral, queijo minas padrão, queijo parmesão, óleo de soja, margarina e sal refinado. Não contém glúten. Embalagem primária: saco de polietileno de baixa densidade, atóxica, resistente ao transporte e ao armazenamento, transparente, com peso líquido 1,0 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão ondulado, reforçado constituída por tampa e fundo resistente ao transporte e ao armazenamento peso líquido total de 10 kg de produto (10pctx1kg). Com apresentação de amostra que poderá ser na menor embalagem original.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 29,66

49. ATÉ 6000 (SEIS MIL) KG DE CARNE BOVINA (CUBOS DE PATINHO CONGELADO (IQF) Carne congelada, proveniente de espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, procedentes de quarto TRASEIRO, no corte PATINHO, em cubos, manipulada em condições higiênicas satisfatórias e posteriormente levada ao congelamento ultra-rápido (Sistema IQF) com temperatura mínima de -25°C. O produto deverá estar de acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA. A carne bovina deve estar livre de parasitos, sujidades e larvas, isenta de aditivos ou quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-las ou encobrir alguma alteração, serem isentas de tecidos inferiores, cartilagens, ossos, nervos e gorduras aparentes. Com característica organoléptica própria da espécie, não amolecida, não pegajosa. Cor própria da espécie, sem manchas azuladas, esverdeadas ou pardacentas e odor e sabor próprios. O



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



produto não deverá conter substâncias / materiais estranhos de qualquer natureza. As entregas deverão ser efetuadas em veículos refrigerados. Todos os veículos utilizados no transporte do produto deverão estar de acordo com a legislação vigente (CVS 5, de 09/04/13 e CVS 15, de 07/11/91).

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 66,56

50. ATÉ 4000 (QUATRO MIL) KGS CARNE MOÍDA IQF Carne bovina congelada paleta desossada –moída, congelamento individual. Congelada, moída, contendo no máximo 07% (sete) de gordura, serisenta de cartilagem e ossos. Manipulada em condições higiênicas e provenientes de animais em boas condições de saúde, abatidos sob inspeção veterinária. Aspecto, cheiro e sabor próprios, cor própria, sem manchas esverdeadas. A carne deve apresentar textura firme, cor vermelha brilhante.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 53,73

51. ATÉ 2500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) KG DE LINGÜIÇA TOSCANA acondicionada em embalagem de polietileno, a vácuo, de até 5Kg, com SIF do Ministério da Agricultura e validade mínima de 3 meses da data de entrega.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 25,91

52. ATÉ 6.000 (SEIS MIL) UNIDADES HAMBÚRGUER DE CARNE BOVINA: carne bovina, água, gordura, cebola, proteína de soja, sal refinado: com 56g, embalado em caixas contendo 36 Unidades envelopado individualmente, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Validade mínima de 2 meses

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 2,66

53. ATÉ 4000 (QUATRO MIL) KGS DE CARNE SUÍNA SEM OSSO EM CUBOS congelada. Ingredientes: produto preparado à partir do pernil, que é um corte da parte traseira do porco, pegando acima do joelho. Os pernis são retirados na desossa e passam por um processo de refilamento. Logo após são pesados e embalados em sacos de nylon poli. Por fim, os sacos são acondicionados em caixas de papelão e seguem para o túnel de congelamento. Devendo ser transportada à temperatura de -12°C ou inferior. O produto deve apresentar aspecto próprio, cor própria, sem manchas padecentes ou esverdeadas. Cheiro próprio. Sabor próprio. Prazo de validade de no mínimo 06 meses à partir da data de fabricação. O produto deverá estar congelado, embalagem de polietileno, atóxica, resistente, em pacotes. Embalagem íntegra, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem acúmulos, protegida externamente em caixa de papelão reforçada, com as abas superior e inferior totalmente lacradas. Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIF/SISP; Identificação



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



completa do produto; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo para consumo; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido; Condições de armazenamento.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 33,41

54. ATÉ 6000 (SEIS MIL) KG DE FILÉZINHO DE FRANGO (TIPO SASSAMI): manipulada em

condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser congelada e transportada a temperatura de – 18°C (dezoito graus centígrados negativos) ou inferior. O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 1Kg. A embalagem secundária deverá ser em caixa de papelão devidamente lacrada.

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo das embalagens, deverão constar de forma clara e indelével as seguintes informações: o produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Observar as especificações da Norma Técnica de Alimentos 3 – NTA 3 do Decreto Estadual n.º 12.436 de 20/10/78, que aprovou normas técnicas especiais de alimentos e bebidas.

Aspecto próprio de cada espécie, não amolecido e nem pegajoso;

- cor própria de cada espécie, sem manchas esverdeadas;

- cheiro próprio;

- sabor próprio.

- carimbo/número do SIF ou SISP;

- número do lote (caso utilizado)

O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses. Na entrega do produto, deverá ter data de fabricação mínima de 30 dias.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 29,30

55. ATÉ 6000 (SEIS MIL) KGS DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO sem osso e sem pele, onde deverá ser entregue na forma congelada. O produto deverá estar embalado à vácuo em embalagem plástica, atóxica, em pacotes com peso aproximado de 2 Kg. Deverá apresentar registro no Ministério da Agricultura - SIF e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. A embalagem secundária deverá ser em caixas de papelão devidamente lacrada.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 29,00

56. ATÉ 3000 (TRÊS MIL) KG DE LINGÜIÇA DE FRANGO acondicionada em embalagem de polietileno, a vácuo, de até 5Kg, com SIF do Ministério da Agricultura e validade mínima de 3 meses da data de entrega.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 28,86

57. ATÉ 1500 (MIL E QUINHENTOS) kg CAÇÃO SEM PELE CONGELADO EM POSTAS em

embalagem primária à vácuo de 2 a 5 kg com informações do produto descrito nela. Deverá



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ser entregue em caixas de papelão reforçada resistente de até 20 kg. No produto deve-se constar o carimbo do SIF. Data de validade de 12 meses a partir da data de fabricação. O produto deve ter aproximadamente 10 % de variação do peso após descongelamento.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 56,60

58. ATÉ 10.000 (DEZ MIL) KGS COM 50 KG DE BATATA ESPECIAL LAVADA. De ótima qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvida, não serão permitidas perfurações e rachaduras. O saco não poderá ter cheiro desagradável
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,81

59. ATÉ 5.000 (CINCO MIL) SACOS COM 20 KG DE CEBOLA ESPECIAL
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 6,30

60. ATÉ 3500 (TRÊS MIL E QUINHENTOS) KGS DE BANANA NANICA de tamanho médio, não podendo estar madura de mais “passadas” impróprias para o consumo e nem inteiramente verdes. Devem estar acondicionadas em caixas com aproximadamente 20 Kg.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 9,52

61. ATÉ 4500 (QUATRO MIL E QUINHENTOS) KGS DE MAÇA NACIONAL FUJI, com aproximadamente 160 unidades de 1ª qualidade. Deverá ser entregue acondicionado em monoblocos vazados. Não será permitido a entrega em caixas de madeira ou papelão.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 18,99

62. ATÉ 600 (SEISCENTOS) KGS DE CENOURA ESPECIAL acondicionada em caixa com aproximadamente 22 Kg. De ótima qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvida, não serão permitidas perfurações e rachaduras. Estar livre da maior parte possível de terra aderente à casca.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 13,73

63. ATÉ 1500 (UM MIL E QUINHENTOS) KGS DE TOMATE MOLHO EXTRA de 1ª qualidade acondicionada em caixas com aproximadamente 22 Kg. De ótima qualidade, sem defeitos, não serão permitidas perfurações e rachaduras. Com as condições de não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Também isento de umidade externa. Deverá ser entregue acondicionado em monoblocos vazados. Não será permitida a entrega em caixas de madeira ou papelão.
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 13,46

64. ATÉ 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) KGS DE ALHO ESPECIAL com cabeças médias e dentes firmes e sadios. Deverá ser entregue em caixa com peso de 10 Kg. Deverá ser de ótima qualidade e sem defeitos
VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 37,33



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



65. **ATÉ 800 (OITOCENTOS) INHAME** de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, fresco e compacto, firme sem lesões de rachaduras e cortes, sem sujidade, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvido, acondicionado em caixas.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 24,48

66. **ATÉ 800 (OITOCENTOS) KGS CARÁ** de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, fresco e compacto, firme sem lesões de rachaduras e cortes, sem sujidade, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvido, acondicionado em caixas.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 23,36

67. **ATÉ 5500 (CINCO MIL E QUINHENTAS) DÚZIAS DE OVOS DE GALINHA BRANCOS**

GRANDES EM CARTELAS, não serão permitidas manchas, rachaduras ou defeitos na casca. Deverão ser frescos a apresentar casca limpa intacta, isenta de mofo ou cheiro desagradável. Deverá apresentar validade mínima de 1 mês após a data de entrega.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 15,50

68. **ATÉ 100 (CEM) KGS FERMENTO QUÍMICO EM PÓ.** Amido de milho (*Bacillus thuringiensis* e/ou *Streptomyces viridochromogenes* e/ou *Agrobacterium tumefaciens*) fermentos químicos fosfato monocálcico e bicarbonato de sódio e antiemectante carbonato de cálcio. Embalagem: lata hermeticamente fechada com peso igual a 1kg. Validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 37,00

69. **ATÉ 150 (CENTO E CINQUENTA) PACOTES DE FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃO**

Fermento fresco para pães, aparência: cor branco perola e odor característico. Ingrediente: *Saccharomyces cerevisiae*. Conservação: produto refrigerado entre 5 e 7°C com abrigo de luz e circulação de ar. Embalagem: caixa de papelão com 50 pacotes embalados individualmente de 500 gramas. Validade: 45 dias. Apresentar registro no órgão competente. Composição nutricional por 100 gramas: valor energético: 120 Kcal; Carboidratos: 20 g; Proteínas: 9 g; gorduras totais: 2g; fibra alimentar: 9g.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 21,83

70. **ATÉ 50 (CINQUENTA) KILOS DE MELHORADOR PARA PÃO.** Características do produto: pó branco, levemente amarelo; ingredientes: açúcar, farinha de trigo e emulsificantes (estearoil-2 lactil lactato de cálcio); melhoradores de farinha: ácido ascórbico e alfa amilase; validade: mínimo 6 meses. Apresentar em embalagem com 20 kg do produto.

VALOR UNITARIO ESTIMADO R\$ 32,55



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 3.398.978,40

1 - JUSTIFICATIVA:

O objeto do presente pregão destina-se a atender as necessidades dos alunos matriculados na rede municipal de ensino referente aos anos 2026/2027.

2- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

2.2 – As especificações são mínimas e o não atendimento as exigências mínimas de qualidade constantes no Termo de Referência de qualquer um dos itens, acarretará na desclassificação da licitante, classificando-se as ofertas subseqüentes;

3 – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato deverá vigorar por 12 meses.

4- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 A Licitante vencedora apresentará no ato do fornecimento dos gêneros Alimentícios, a Nota Fiscal.

4.2 A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Licitante vencedora suspenda a prestação dos serviços.

4.3 – do **prazo de pagamento: o pagamento** será efetivado em 30 dias da emissão e entrega da nota fiscal, corridos, contados da data do aceite da Nota Fiscal e entrega do objeto. **FIcando A ENTREGA DOS MATERIAIS SUJEITA À EMISSÃO DE REQUISIÇÃO/PEDIDO, POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL.**

5 - OBSERVAÇÕES

5.1 A não entrega de qualquer gênero solicitado por este Setor, acarretará sanções previstas no Contrato;

5.2 . O Gênero que não atender aos padrões de qualidade exigidos conforme Edital será devolvido, e sua reposição deverá ser feita no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, evitando falta do gênero nas unidades escolares;

5.3. O prazo de vigência contratual será de 12 meses, a partir do mês da assinatura do contrato. Entrega será parcelada conforme necessidade do Setor de Merenda Escolar;

5.4- Nos preços indicados na proposta deverão estar incluídas todas as despesas, inclusive as



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



de transporte, tributos, encargos de leis sociais e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativo ao objeto desta licitação.

5.5 - Quanto à periodicidade das entregas: as aquisições ocorrerão de forma parcelada, de acordo com a demanda real do departamento de Alimentação Escolar, durante a vigência da Ata. Não há uma periodicidade pré-fixada (diária ou mensal), mas sim a obrigatoriedade de atendimento a cada Ordem de Fornecimento emitida.

5.5.1 - As entregas deverão ser efetuadas no Centro de Distribuição de Alimentação Escolar, na Rua Amadeu Ricardo Zanatta nº 477, bairro Etoze Marquezelli em Santa Cruz das Palmeiras SP no horário das 7:00 as 14:00 horas. Ressaltamos que a descarga dos materiais é de inteira responsabilidade do fornecedor

5.5.2 - Quanto aos itens com exclusividade para ME/EPP:

Os itens **exclusivos para ME/EPP**, em cumprimento ao Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/06. Caso não ocorra a participação de empresas desse porte ou estas sejam inabilitadas/desclassificadas, o item será considerado **fracassado/deserto**, não sendo permitida a participação de empresas enquadradas como LTDA (de grande porte) nesta cota reservada, sob pena de nulidade do ato.

6- APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

6.1 - A empresa vencedora, deverá apresentar no prazo de até 8(oito) dias úteis, 1 (Uma) amostra dos itens a seguir, para melhor parecer técnico, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento da solicitação.

ITENS: 01, 03, 04, 11, 12, 15, 18, 21,47 e 48

6.2 A amostra deverá ser apresentada em embalagem original para avaliação nutricional e aferição de sua perfeita adequação às especificações constantes do edital, através de dados específicos na rotulagem do produto, especialmente em relação à qualidade nutricional, sensorial e aceitabilidade.

6.3- Juntamente com as amostras dos itens relacionados a cima, a Empresa deverá apresentar uma relação, em 02 (duas) vias para conferência dos itens e respectivo protocolo de recebimento

6.4- As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome da Empresa, número do Processo Licitatório e número do item. A entrega das amostras deverá ser entregue na Rua Amadeu Ricardo Zanatta nº 477, bairro Etoze Marquezelli em Santa Cruz das Palmeiras SP no horário das 8:00 as 11:00 horas.

6.5- A reprovação da amostra com seu respectivo motivo ocasionará a consequente desclassificação do item por incompatibilidade do produto com as exigências do edital. 6,6 - A amostra do(s) licitante(s) que se sagrar(em) vencedor(es) do certame ficará(ão) em posse



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



da Cozinha Piloto, para fins de comprovação de compatibilidade dos produtos fornecidos no ato de recebimento e posteriores averiguações

7 - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

7.1 - A empresa deverá apresentar juntamente com as amostras dos respectivos Itens mencionados no item 21 deste termo, os seguintes documentos técnicos.

Juntamente com amostra deverá apresentar:

- Ficha técnica assinada pelo responsável técnico do produto

Registro de rotulo

Registro SIF/SISP/SIM ou SISBI

Laudo Bromatológico -- Os laudos bromatológicos deveram ser emitidos por laboratório o oficial. Para os itens de Carne Bovina deverá ser apresentado características físico-química: teor de colágeno 1%(máximo) através do laudo bromatológico.

E para os itens: **01, 03, 04, 11, 12, 15, 18, 47 e 48**

✓ Ficha técnica emitida pela empresa fabricante devidamente, assinada pelo responsável técnico;

✓ Cópia autenticada ou original do laudo bromatológico expedido há menos de 12 (doze) meses. Os laudos só serão aceitos quando vindos de Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde/Ministério da Agricultura (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde - REBLAS), Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde / Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para análises de alimentos para fins de registros ou controle ou Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais ou pelo INMETRO. O laudo deverá conter no mínimo as seguintes análises: Físico- Químicas: Valor Calórico, Carboidratos, Proteínas, Gorduras totais, Gorduras Saturadas, Gorduras Trans, Fibra Alimentar, Sódio, e quando couber: Vitaminas, Minerais, BRIX e Umidade; Microbiológicas: Coliformes Fecais a 45 °, Salmonellas, Staphylococcus aureus; Microscópica / Macroscópica: - Matérias Estranhas indicativas de falhas de boas Práticas (Matérias estranhas microscópicas, Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de insetos, Insetos inteiros mortos, Bárbulas, Ácaros mortos, outras matérias estranhas microscópicas); - Matérias Estranhas indicativas de risco à saúde: (Matérias estranhas macroscópicas, Fragmentos de pelo de roedor, Outras matérias estranhas microscópicas, exceto parasitos, Filmes plásticos, Fragmentos de vidros, Objetos rígidos com diâmetros iguais ou maiores que 2mm, Objetos rígidos, pontiagudos e/ou cortantes, iguais ou maiores que 7mm, Outras matérias estranhas macroscópicas); Análises Sensoriais / Organolépticas :Aspecto, Cor, Odor, Sabor; Análise Toxicológica: Corante (Ausência ou presença).

Para os itens **ARROZ (agulinha e parboilizado) E FEIJÃO CARIOCA**, também deverá ser entregue o Certificado de Classificação de grãos, emitido por empresa



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



credenciada junto ao ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, no original ou cópia autenticada. A fim de comprovar as seguintes informações:

Arroz: Máximo de 12% de umidade, até 1,89% de quebrados e quirera, com no máx. 0,01% de quirera, até 0,3% de manchados e picados, até 0,2% de rajados;

Feijão: Máximo de 12% de umidade, até 0,85% de manchados, até 0,2% de picados e até 0,25% de quebrados.

Os certificados deverão corresponder aos lotes das amostras (arroz e feijão) entregues.

Gabriel Patreze Bonatti
Chefe de Seção de Alimentação Escolar



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº **XX/2026**

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E A EMPRESA _____, PARA REGISTRO DE PREÇOS **XXX**

No Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, situado à Praça Condessa Monteiro de Barros, nº 507, Centro, Santa Cruz das Palmeiras/SP, presentes, de um lado, o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.371.654/0001-22, neste ato representado pelo Sr. Luiz Fernando Stocco, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à Rua, nº, Belo Horizonte/MG, neste ato representada por, portadora do CPF nº..... e do RG nº, na forma de seu estatuto social, doravante denominada **CONTRATADA**, na qualidade de adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026**, ao qual se vinculam as partes, resolvem registrar os preços da empresa acima indicada e qualificada nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 37, de 29 de agosto de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o fornecimento, pela CONTRATADA: **XXXXX**, conforme detalhamento a seguir:

INSERIR ITENS E VALORES

1.2 Consideram-se integrantes da presente ata, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados bem como seus eventuais anexos, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado, e a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA.

1.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- 2.1 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.2 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 2.3 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 2.4 Dos limites para as adesões:
 - 2.4.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
 - 2.4.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
 - 2.4.3 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 3.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- 3.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 3.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 3.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
- 3.8 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - b) Mantiverem sua proposta original.
- 3.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 3.10 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 3.11 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**
- 3.12 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- 3.13 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 3.15 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 3.16 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 3.17 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.16, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, *poderá*:
- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.18 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 5.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 5.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 5.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 5.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 5.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 5.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não**



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



encontrada., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

- 5.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 5.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o cumprimento do preço registrado, conforme previsto nos itens 5.6 e 5.7, o órgão ou entidade gerenciadora poderá promover a atualização do preço registrado, desde que devidamente demonstrado o desequilíbrio econômico-financeiro superveniente e comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração, mediante análise técnica e justificativa formal nos autos.
- 5.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada**, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- Por razão de interesse público;
 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7. DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

7.1 Para o ano de 2026:

INSERIR DOTAÇÃO

- 7.2 Havendo divergência, erro ou ausência de documentação na emissão da Nota Fiscal ou documento equivalente, ficará suspenso o prazo para pagamento até a devida regularização, iniciando-se nova contagem somente após a correção das inconsistências e a regular liquidação da despesa pela Administração.
- 7.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal, após a verificação da conformidade do objeto e a regular liquidação da despesa, ficando a entrega dos materiais sujeita à emissão de requisição/pedido, por parte da prefeitura municipal.
- 7.4 Os preços a serem pagos à CONTRATADA serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da entrega do material.
- 7.5 Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelos fornecimentos do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pelo Departamento de Compras e Licitações.

8. DAS PENALIDADES



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- 8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 8.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Santa Cruz das Palmeiras, ... de de 2026

LUIZ FERNANDO STOCO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Anexo VI

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Papel timbrado da empresa)

Ref.:

Pregão Eletrônico nº 21/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS, CARNES E EMBUTIDOS) DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO, em conformidade com as especificações constantes do Pregão Eletrônico nº 21/2026 e seus anexos.

À

Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras:

A
empresa, estabelecida à Rua
....., nº....., Bairro,
Município de, Estado de, inscrita no CNPJ sob
nº..... Inscrição Estadual nº, pelo presente,
propõe fornecer o objeto da licitação, mediante a seguinte remuneração:

ITEM Nº 01: ATÉ

Marca

Valor unitário R\$

Valor total R\$

ITEM 02- ATÉ

Prazo de Validade da Proposta: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Dados Bancários:

Banco: _____
Ag.: _____
CC.: _____

Condições de Pagamento:

Prazo de Entrega: Até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Seção de Materiais e Patrimônio.

Declaramos que temos conhecimento de todas as disposições editalícias e contratuais relacionadas ao item do objeto e sua execução e de que conhece as condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação;

Local e data, _____
(assinatura do representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das e manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211

13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP

CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO IX

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS

CONTRATADO:

CONTRATO / ATA DE REGISTRO PREÇOS Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Nome	
Cargo	
RG nº	
CPF nº	
Endereço (*)	
Telefone	
E-mail Institucional	
E-mail pessoal (*)	

(*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	
Cargo	
Endereço Comercial do Órgão/Setor	
Telefone e Fax	
E-mail Institucional	

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



ANEXO X

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ N°:

CONTRATADA:

CNPJ N°:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)